

RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIA: o grande legado de Carlos Benedito Rodrigues da Silva

*RESISTANCE AND EXISTENCE: the great legacy of
Carlos Benedito Rodrigues da Silva*

Carlos Benedito Rodrigues da Silva *

Ana Vitória Santos Ferreira **

Maria Luísa Almeida Barros ***

Piettra Lopes ****

O professor Carlos Benedito — “nosso querido Carlão” — é doutor em ciências sociais pela PUC-SP; mestre em antropologia social e graduado em ciências sociais pela Unicamp. Professor titular da UFMA, atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e na Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, curso pioneiro no Brasil, do qual foi um de seus idealizadores. Contribuiu na área de Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, com foco em diversidade cultural, relações étnico-raciais e ação afirmativa. Foi Vice-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), integrou a Comissão Assessora do Ministério da Educação para os Afro-brasileiros (CADARA) e presidiu o Centro de Estudos do Caribe. Filiado à ABPN, ABA e SBPC, é membro do Comitê de Antropólogas Negras e Antropólogos Negros da ABPN. Autor de diversos artigos e livros, publicou pesquisas sobre reggae e identidade cultural no Maranhão. Recebeu, em 2024, a Medalha Roquette Pinto — a maior honraria da antropologia brasileira, em reconhecimento à sua trajetória acadêmica e contribuições para o avanço do ensino, da pesquisa e da difusão da antropologia — e integra o conselho curador do Prêmio Jabuti Acadêmico. No dia 15 de maio de 2025, recebeu as estudantes da LIESAFRO para a realização desta entrevista, na UFMA.

Ana Vitória — O senhor pode falar sobre sua trajetória pessoal, onde nasceu, sobre a sua infância, o contato com os estudos e como chegou à universidade. Também sobre a sua família.

* Professor titular do Departamento Sociologia e Antropologia, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Curso de Licenciatura Interdisciplina em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: cbr.silva@ufma.br.

** Discente do Curso de Licenciatura Interdisciplina em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO/UFMA), Brasil. E-mail: avs.ferreira@discente.ufma.br.

*** Discente do Curso de Licenciatura Interdisciplina em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO/UFMA), Brasil. E-mail: luisa.almeida@discente.ufma.br.

**** Discente do Curso de Licenciatura Interdisciplina em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO/UFMA), Brasil. E-mail: pl.lopes@discente.ufma.br.



Carlos Benedito — Eu nasci no interior do estado de São Paulo, em Campinas, que é uma cidade do oeste paulista, uma das cidades mais importantes do estado, do ponto de vista econômico, uma região de plantações de café, do colonialismo muito forte, associada aos barões do café. Por ser uma região de plantação de café, certamente também era uma área com uma grande população negra trabalhando como escravizados nessas regiões e, por conta disso, também têm muito preconceito, muito racismo, muita violência, o que fez com que surgissem vários grupos organizados, grupos negros, do ponto de vista da cultura, do ativismo político.

A minha família sempre viveu em área rural, principalmente a família da minha mãe, com quem eu tinha mais contato, porque o meu pai — não que eu não tivesse contato com ele — era de outra região, então a gente não conhecia muito a família dele. A família do meu pai parente da família da minha mãe, e havia muitas mulheres na família, trabalhadoras rurais mesmo, minha mãe e minhas tias. Eu cresci na área rural até uns oito ou dez anos, depois fui morar na cidade. Eu estudei — na minha época, eram outras denominações, não era como é hoje, ensino médio e fundamental — o primário até uns 13 ou 14 anos. Então eu parei de estudar, saí do que seria hoje o ensino fundamental e fui trabalhar, o que era muito comum. Só se estudava a educação básica até um certo período. Era muito raro pessoas da minha geração chegarem a dar continuidade aos estudos, porque o trabalho era prioridade das nossas famílias, era muito importante para família ter filhos trabalhando com carteira assinada, essa coisa toda. Era importante, porque, era uma forma de se ter o mínimo de ascensão social. Aí, eu fiquei até os 20 anos sem estudar regularmente, apenas fazia alguns cursos técnicos de aprendizagem profissional, porque a ideia era ter uma profissão, mas não era uma profissão intelectualizada, era sempre um trabalho braçal, um trabalho mais bruto. Depois eu fui trabalhar na Unicamp, a Universidade Estadual de Campinas, que foi criada, acho, em 1966 ou 1968, por aí. Eu fiz um processo seletivo para trabalhar na universidade, mas como eu não tinha qualificação intelectual, era trabalho braçal, serviçal mesmo, manutenção de limpeza, carregar equipamento etc. Nesse período, eu fui fazer um curso supletivo, que era chamado madureza, o curso em que a gente fazia um tanto de disciplinas, fazia uma prova, se você fosse aprovado você iria pra outra área de conhecimento — era dividido por áreas: ciências humanas, ciências biológicas ou técnicas, uma coisa assim.

Eu tenho mais três irmãos. O meu pai, quando se casou com a minha mãe, já era viúvo e tinha dois filhos, então a gente acabou se tomando seis irmãos no final de tudo. Eu fui o único que chegou a entrar em uma universidade. Depois de começar a trabalhar na Unicamp e realizar o supletivo, de 1972 a 1974, em que eu consegui ser aprovado e consegui diploma, daí fui tentar fazer o vestibular, que nessa época era diferenciado pra cada área, para a de ciências humanas era uma organização; para medicina e ciências da saúde era outra; para área das engenharias e tecnológica eram outra organização. As pontuações eram diferenciadas também, então, como eu tinha tido um bom aproveitamento no curso supletivo, eu consegui ser aprovado no vestibular na primeira tentativa. Continuei trabalhando durante um certo tempo, e o setor que eu trabalhava quando eu estava fazendo o supletivo, tinha um diretor que me estimulava muito a estudar; ele me dizia que se eu estudasse, eu poderia sair daquela condição do trabalho de servente pra ser um técnico administrativo. Contudo, quando eu passei no vestibular, ele foi o primeiro a dizer que eu não poderia ficar, que a universidade não era para mim.

Então foi assim. Fui aprovado no vestibular, acho que aos 25 anos, fiz a graduação, continuei trabalhando até um certo período. Depois eu terminei a graduação e fiz seleção para o mestrado, na qual fui aprovado. Quando eu consegui a bolsa de estudos da Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP, saí do trabalho, porque era incompatível com a bolsa, e a bolsa era maior que o salário que eu ganhava, então fiz a opção por sair do trabalho e comecei a fazer o mestrado.

Nesse período, nos anos 70, eu já estava participando do movimento negro, porque como na cidade tem uma população negra muito grande, a gente se encontrava muito em alguns lugares da cidade, e era muito enfrentamento mesmo com o racismo. Na graduação, eu era o único aluno negro. As aulas na universidade eram nos dois turnos, e ter aula manhã e tarde, geralmente é para quem não trabalha, não precisa, quem tem condições, e eu era praticamente o único que trabalhava — isso antes de conseguir a bolsa —, então, conciliar o estudo com o trabalho era difícil, mas, para mim, era muito importante terminar o curso. Foi aí que eu comecei a fazer pesquisa com o chamado *Movimento Black Soul*, que era um movimento musical de juventude negra no Sudeste, nos anos 70, que organizava bailes, encontros com arte e música dos negros norte-americanos. Foi nesse período que a gente começou a ter mais contato com o movimento



da *Negritude*. Ao mesmo tempo, além da música, esse movimento foi muito importante, porque era o momento em que estavam acontecendo as lutas pelo direito cívico nos Estados Unidos, estavam acontecendo as lutas por independência no continente africano, especialmente nos países da língua portuguesa. Então se recebia muito essas informações, e isso foi importante para a gente ter uma tomada de consciência, consciência política para além da festa. Então os encontros, os bailes, as festas eram uma forma de estar juntos entre pessoas iguais. Para mim, foi um movimento muito importante, por isso meu último trabalho de graduação, que se tornou o meu projeto de mestrado, foi sobre esse tema.

Eu fiz os créditos do mestrado até 1980. Estava iniciando o processo de pesquisa de campo quando tive a oportunidade de vir para São Luís, porque eu sempre me identifiquei muito com a cultura nordestina, mas tinha uma coisa que era muito preconceituosa, muito mais do que agora, e ainda continua essa ideia do povo do Sudeste com relação ao povo do Nordeste, que acabam generalizando, como se fosse tudo uma coisa só. Então tinha muito preconceito de dizer que as pessoas eram violentas, que era um lugar muito atrasado. A compreensão que as pessoas de lá tinham do Nordeste nesse período — e ainda é assim — era muito restrita a Pernambuco, Bahia, Ceará; o Maranhão era muito distante para gente, era muito desconhecido, tinha-se muito pouca informação sobre ele, até porque durante muito tempo o Maranhão se relacionou mais com a Europa do que com o Brasil, as elites maranhenses principalmente. Tinha muito essas acusações, essas atitudes preconceituosas. Por outro lado, os meus colegas de curso, que nas férias viajavam para o Nordeste, voltavam contando coisas maravilhosas daqui. Eu ficava no meio dessas duas questões, mas eu sempre tive vontade de viver no Nordeste.

Eu tinha uma colega de graduação — que terminou o curso antes de mim —, que veio trabalhar na UFMA como professora substituta. Na época, tinha essa coisa de professor sair para fazer pós-graduação, e o Departamento contratava uma pessoa durante aquele período, não se chamava nem substituto, era colaborador. Essa colega começou a consultar pessoas que tivessem interesse de vir para a UFMA, pois iria haver seleção. Quando ela me avisou, eu estava terminando os créditos do mestrado, começando a pesquisa de campo, exatamente no período em que a bolsa estava terminando. Eu estava sem trabalho e praticamente sem a bolsa, já tinha me casado e tinha um filho com um ano e meio. Eu vim fazer a seleção. Foi muito estranho quando falei para minha mãe, para os

meus amigos, que eu viria para o Maranhão. Nossa! A reação foi muito contrária, muito preconceito.

Cheguei aqui em São Luís para fazer a seleção em fevereiro de 1981. Era mês de carnaval, embora não tenha ficado para o carnaval, não sei como foi, mas foi interessante porque eu fiz a prova, fiquei esperando sair o resultado, e nesse processo de enquanto eu esperava sair o resultado, apresentaram-me para outras pessoas. Eu fui conhecer um pouco da cidade, e aí quando cheguei na Praça Deodoro, onde acontecia a movimentação na época, lá tinha muita coisa: ritmo, danças, batucadas, umas coisas que eu nunca tinha visto, não conhecia realmente e fiquei muito encantado em conhecer. Eu tinha lido um livro do Josué Montello há alguns anos, em 78, que me foi dado de presente por um professor, *Os tambores de São Luís*. Eu achei fabuloso. Embora seja literatura, ficção, mas tem algo muito da realidade, tem uma narrativa muito real no meio das coisas culturais do Maranhão. Então fiquei interessado em conhecer, mas isso foi dois anos antes, eu nem imaginava vir para cá.

Eu fui aprovado no concurso para professor colaborador da UFMA, e era para ficar oito meses apenas, mas o Departamento de Sociologia e Antropologia dá aula para toda a universidade, para todos os cursos, então sempre tinha carência de professor, por isso, o contrato dos colaboradores era renovado anualmente. Cinco anos depois, em 1986, fomos efetivados. Esse período foi de compreender, tentar entender aquelas falas preconceituosas de uns, as falas estereotipadas de outros, no sentido de entender que esses lugares nem eram assim de pessoas tão bravas, tão ruins, tão feias e tão atrasadas. E nem era o divino e maravilhoso, como diziam meus colegas de curso. Eu estava entendendo o que são as coisas do lugar, entendendo a cultura do lugar. Quando você vai para algum lugar como turista, certamente as pessoas vão querer te mostrar as melhores coisas, os melhores lugares, mas quando você vai para viver, você precisa aprender a decifrar os códigos do lugar, conhecer, filtrar, saber que você não está mais no seu lugar, que você está fazendo parte de outro contexto. Então esse aprendizado, para mim, foi muito importante, porque me possibilitou conhecer um pouco mais essa realidade, envolver-me com as questões culturais, conhecer as comunidades quilombolas, por exemplo. Como eu já tinha um ativismo no movimento negro ao mesmo tempo que estava na universidade, quando eu cheguei aqui, eu me integrei ao Centro de Cultura Negra (CCN). Em 1980,



antes de vir cá, eu tinha ido ao Quilombo dos Palmares. Nesse ano, houve uma grande caminhada, a primeira vez que o movimento negro brasileiro subiu o Quilombo de Palmares, e lá eu conheci a Mundinha Araújo, que era fundadora do centro de Cultura Negra do Maranhão. Quando eu cheguei aqui, eu já fui logo para as reuniões do CCN, fiquei participando, o que me ajudou bastante a compreender o contexto cultural, social e político da cidade.

Enfim, a minha trajetória acadêmica começa, na realidade, na UFMA, pois, até então, eu nunca tinha trabalhado como docente em uma universidade. Aqui foi onde eu comecei, a minha primeira experiência com pesquisa de campo, com comunidades quilombolas. Embora eu sempre tenha trabalhado com a questão racial, desde a graduação, nunca me dediquei a outras áreas, outro campos, quanto aos estudos étnico-raciais, seja do ponto de vista da cultura, como o *Black Soul*. Como minha matrícula no mestrado ficou trancada enquanto eu estava nesse período de insegurança, porque o colaborador não tinha direito a afastamento, então, eu e outros mestrandos da Unicamp, que estavam em outras universidades, na mesma condição que eu, a gente tinha que fazer matrícula todo ano e trancá-la para não perder a vaga.

Quando fui efetivado, consegui reabrir a matrícula para dar continuidade à pesquisa, entretanto o que eu estava pesquisando lá em Campinas, eu não consegui identificar aqui, e então, eu comecei a buscar algum evento que eu pudesse dar continuidade ao meu mestrado, mas eu não encontrava a mesma coisa do *Movimento Black Soul*, porque as influências que a gente tem no Sudeste é muito mais estadunidense do que africana; a juventude negra de lá é muito ligada ao *soul*, ao *funk*; no Rio de Janeiro, na época, tinha o *charme*, uma derivação do movimento musical dos negros norte-americanos, que começa lá pelo final dos anos 1960, porque como havia a segregação racial nos EUA, os negros, os artistas negros não tinham acesso a gravadoras. Então aparece a gravadora *Motown Records*, criada por um milionário negro, um empresário negro, para gravar a produção dos cantores negros. Com isso, a gente conheceu David Brown, The Jackson 5, Marvin Gay, entre outros. Era essa a música que a gente ouvia nas festas no Sudeste, e quando eu cheguei aqui, além das danças, dos ritmos locais, tinha o *reggae*, que eu já conhecia; eu tinha alguns discos do Bob Marley, Jimmy Cliff e The Wailers, os três ícones do *reggae* a nível mundial. Chegando aqui, com essa coisa de ficar

ouvindo outras músicas, outros cantores, despertou-me o interesse em compreender essa realidade. O que me chamava atenção era como essa música, o *reggae*, cantada em um idioma que a maioria das pessoas não domina, não conhece, tornou-se tão forte neste lugar. Havia um ruído de identificação que merecia ser investigado. Então comecei a pesquisar o *reggae*, tentar entender como foi esse processo do *reggae* da Jamaica ao Maranhão, não pensando na música em si, pois a etnomusicologia não é bem meu campo de estudo, eu queria entender o ritmo como movimento de mobilização de juventude e de redefinição de identidade. Entender como essa identidade regueira se constrói em meio à efervescência cultural mais forte das culturas tradicionais foi minha investigação no mestrado, que eu dei continuidade no doutorado, entrevistando os fazedores da cultura.

Maria Luísa — E como surgiu o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) na sua trajetória?

Carlos Rodrigues — Em 1985, nós sediamos aqui um congresso internacional, promovido pela UNESCO, sobre religiões de matriz africana. Sempre que se organizava qualquer coisa sobre religiões de matriz africana no Brasil, ou era na Bahia ou Pernambuco, então, o professor Sérgio Ferretti, que foi um grande pesquisador no Brasil sobre a religião de matriz africana aqui no Maranhão, tinha um grande diálogo com as pessoas, ou seja, conhecia muita gente. Ocorreu, então, que veio um africano do Benin, que era embaixador, alguma coisa assim, da UNESCO. Ele veio, conversou com Ferretti, e aí a gente sediou esse congresso, um seminário, chamado *Sobrevivências Africanas Religiosas Caribe e América Latina*. Vieram pesquisadores de todos os lugares do mundo. Para organizar esse encontro, Ferretti juntou algumas pessoas que faziam pesquisas sobre a questão racial, com objetivo de se articular e conseguir recursos. O NEAB foi criado nesse processo. Começamos a trabalhar em 1984, e com a realização do congresso, o NEAB se consolidou. A gente se referenciou em outros NEABs que já existiam, que, na verdade, eram apenas dois: o primeiro foi na Universidade Federal de Alagoas e o outro na Federal de Sergipe. O NEAB da UFMA, portanto, foi o terceiro, do qual o professor Sérgio Ferretti foi coordenador durante muito tempo. Quando eu voltei do doutorado, em 2001, foi que assumi a coordenação do NEAB. Como ele é um núcleo ligado ao Departamento de Sociologia e Antropologia, não tem mudança na direção, por isso estou ocupando esse cargo desde 2001.



Enfim, o NEAB nasceu assim, voltado para o estudo sobre religiões por conta do professor Ferretti, mas também a gente organizava vários seminários e cursos de formação. Depois que eu assumi a coordenação, eu integrei com um grupo de estudantes das ciências sociais, e a gente organizou alguns eventos, fizemos pesquisas sobre crianças em comunidades quilombolas, sobre saúde da população negra, entre outros. Além disso, promovíamos cursos de formação tratando das questões étnico-raciais, foi quando começamos a participar de atividades do Ministério da Educação, a partir da criação da lei 10.639/03, na primeira gestão do presidente Lula, o que foi muito importante.

Maria Luísa — O senhor já comentou sobre como sempre foi militante e como a militância fez parte da sua vida acadêmica. O senhor poderia aprofundar um pouco mais sobre como se deu o início na militância, e um pouco mais sobre o início da vida acadêmica, pesquisas, publicações, projetos e o interesse pela música?

Carlos Rodrigues — Na verdade, quando eu entrei na universidade, eu já estava na militância do movimento negro, minha preocupação era entender as questões raciais. Eu fui pesquisar o *Black Soul*, exatamente porque eu estava na militância do movimento negro, eu tinha contato com vários grupos de jovens, grupos de festas, como a gente chamava, de várias equipes promovendo baile, como acontece com as radiolas aqui. Um desses grupos era de parentes da minha companheira na época, da família dela, que faziam festas e eram muito ligados à cultura negra. Segundo eles, o pessoal do movimento negro os criticavam muito, dizendo que eles só queriam fazer festa e dançar. Um dia, um garoto me disse o seguinte: “Ah, vocês não percebem que a gente tá fazendo festa com a música negra?”

Isso me chamou a atenção para tentar entender melhor a questão, e foi aí que eu fui pesquisar o *Black Soul*. A pesquisa acadêmica, portanto, coincide muito com a minha trajetória pessoal. Uma vez eu fui participar de um congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, e o coordenador me fez uma crítica assim: “Você tá falando como militante ou como intelectual?” Eu fiquei pensando que eu não consigo separar a minha militância da minha produção intelectual, ela é fruto da minha militância, é esse o lugar que eu ocupo nessa sociedade, é tentar me entender na relação com outros, outras formas de organização do povo negro, então, não tem essa separação, uma coisa complementa a outra.



A coisa da música foi muito por acaso. Eu não me considero músico, pois nunca me interessei, eu não tive competência para tocar nenhum instrumento. Não sei ler partitura. Eu comecei a me envolver com a música no Centro de Cultura Negra, um lugar frequentado por muita gente, especialmente na época do carnaval. Nesse período, as pessoas negras se dispersavam devido à rivalidade entre escolas de samba. No CCN, ia muita gente de escola de samba: tinha o pessoal da Turma do Quinto, da Favela, da Flor do Samba, e a rivalidade era grande, especialmente entre essas últimas, por isso, as pessoas se dispersavam. Daí, alguém sugeriu que a gente ficasse juntos no carnaval. Mas como seria isso de ficar junto do carnaval? Resolvemos fazer um bloco, alguma coisa. Mundinha, que tinha vindo Rio de Janeiro, inspirou-se num bloco de lá, *Agbara Dudu*. Nesse período também, década de 1980, o movimento negro começou a se articular no Nordeste, foi quando começaram os encontros de negro do Norte e Nordeste, de 1981 até 1990. Foram 10 anos, durante os quais, a cada ano, a gente se encontrava em uma capital do Nordeste. Por causa desses contatos, a gente também tinha as referências de vários blocos afro, como o *Ilê Aiyê*, criado em 74, na Bahia; *Agbara Dudu*, do Rio de Janeiro, fundado em 1982; os *Filhos de Gandhi*, também da Bahia, entre outros.

Então, em 1984, a gente fez o primeiro encontro do que viria a ser o *Akomabu*. Ainda não era um bloco afro, mas a gente juntou dois ou três atabaques, reuniu o pessoal dos terreiros, principalmente, que tocavam os instrumentos. Éramos umas 30 pessoas, e começou a sair para a rua: fomos para a praça Deodoro, onde era, realmente, o foco do carnaval. Aquilo chamou a atenção das pessoas, principalmente dos intelectuais maranhenses. A imprensa logo se manifestou. Houve jornalistas que escreveram que estávamos provocando uma coisa que não existia no Maranhão, isso era coisa da Bahia, pois aqui não tinha racismo assim. Era muita crítica, mas foi assim que o *Akomabu* se constituiu, a partir de 1984. Foi chamando a atenção das pessoas. Nos anos seguintes, foi crescendo bastante, aglomerando muita gente. O *Akomabu* foi muito importante porque, com ele, a gente começou a trazer para rua o que a gente fazia no Centro de Cultura Negra o ano todo: trabalho educativo, valorização da identidade e da história do povo negro do Maranhão e no Brasil, trazer temas, como a religiosidade, a questão quilombola, a questão das crianças negras, enfim, vários temas que trazíamos a cada ano.



Acho que foi em 1992 que eu fiz música pela primeira vez. A ideia foi interessante, apesar de um pouco difícil, de escrever um poema e conseguir botar um ritmo.

Pietra Lopes — A Licenciatura Interdisciplina em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO) acabou de completar 10 anos. O senhor é um dos responsáveis pela criação do curso, e já tivemos muitas conquistas ao longo desses 10 anos, ainda mais sendo a primeira licenciatura com essa temática no Brasil. Como o senhor vê o resultado de tudo até os dias de hoje? Como o senhor se sente como um dos criadores dessa licenciatura?

Carlos Rodrigues — É muito importante, porque toda essa discussão da lei 10.639/03 resulta do ativismo do movimento social. Nesses encontros de negros do Norte e Nordeste, a gente tinha sempre, pelo menos, quatro temas que eram muito discutidos: a educação; a violência policial; a saúde da população negra; e o racismo. Mas a educação sempre foi prioridade. Então esses conteúdos previstos pela lei 10.639/03 são frutos desse processo. Os núcleos começaram a se organizar, e quando se chega à primeira gestão do governo Lula, recebemos um incentivo importante, pois o governo criou a SEPI (Secretaria de Estado dos Povos Indígenas) e SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão) — ainda não era a SECADI. Por meio da SECAD, promoveram-se algumas formas de articulação dos NEABs, o que, por exemplo, estimulou a criação, nos anos 2000, da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que começou a promover encontros bianuais nos anos pares, e nos anos ímpares, fazíamos encontros regionais. Em articulação com o Ministério da Educação, a gente começou a buscar forma de fortalecimento e de criação de outros NEABs. Então começaram a se fortalecer os que já existiam com alguns projetos, e houve a criação de outros, principalmente pela implementação de novos institutos federais, novas universidades criadas pelo governo de Lula. Em todas essas instituições foram criados NEABs.

Aqui na UFMA, sediamos o Terceiro Congresso de Pesquisadores Negros, em 2004, o que ajudou o NEAB a se fortalecer, porque antes disso, participamos de algumas pesquisas dentro do contexto da UFMA, aí aproveitamos e acabamos encampando essas pesquisas sobre questão racial, fazendo pesquisa com a UNESCO e várias outras organizações, além de parcerias com algumas ONGs para ações educativas, enfim, promovendo estudos, pesquisas e formação de professores. Então, a proposta de criação



da LIESAFRO está inserida no contexto de fortalecimento dos NEABs e, acima de tudo, na qualificação de profissionais que possam trabalhar com esses conteúdos. Afinal, a crítica, quando a lei 10.639/03 foi aprovada, era que não havia material produzido, não havia gente qualificada para trabalhar com esses conteúdos. Por meio da SECAD, os NEABs se articularam e começaram a promover encontros, cursos de formação de professores e publicações. Muitos trabalhos foram publicados para serem utilizados nos cursos de formação de professores, mas ainda eram minicursos, cursos de especialização de curta duração, ou seja, faltava uma graduação.

A ideia de criar a LIESAFRO foi inspiração da professora Kátia Régis e do professor Marcelo Pagliosa, quando estiveram em Lisboa. Para gente, foi um grande desafio, era uma oportunidade de ampliar e consolidar um curso realmente regular de formação de profissionais da educação, tanto para sala de aula quanto para a gestão escolar, com esses conteúdos. Apesar de o processo ter sido até muito rápido, mas foi difícil, e contamos com vários apoios. A importância de o NEAB ter se constituído ao logo desse período, e de eu também estar transitando por esses espaços do Ministério da Educação, participando de suas comissões, estar na ABPN, estar no NEAB, dialogando com outros NEABs a nível de Brasil, tudo isso foi importante para a consolidação da LIESAFRO. Esse curso é motivo de muito orgulho, porque é a primeira licenciatura dessa natureza, por isso chama a atenção, e a gente espera que se prolifere, que surjam outros cursos semelhantes, pois a gente precisa muito deles neste momento em que a gente perdeu muita referência da nossa história, diante da história ocidental. É como se a nossa história começasse no século XV, por isso as histórias africanas e das outras civilizações foram apagadas, invisibilizadas. A proposta dos NEABs, a proposta da LIESAFRO é de resgatar essa história, desmistificar a história eurocêntrica, euroestadunidense, como a história verdadeira ou como a história única.

A partir da LIESAFRO, a gente passa a dialogar com o continente africano numa outra perspectiva. Dialogar de uma forma muito positiva, de produzir conhecimento em uma outra concepção. Isso é muito importante, a gente teve muitas conquistas, conseguiu fazer muita coisa nesses dez anos. Trouxemos pessoas importantes para cá, fomos ao continente africano, organizamos eventos internacionais na UFMA, em suma, a LIESAFRO é um marco muito importante.



Piettra Lopes — Sua trajetória pessoal, acadêmica e cultural é extremamente inspiradora, agora com a sua aposentadoria, como o senhor pensa em continuar contribuindo tanto para a academia quanto para a cultura?

Carlos Rodrigues — Não sei ainda. Estou nesse dilema: não estar mais em sala de aula, pelo menos a nível da graduação, que para mim é muito importante, pois eu gosto muito desse processo de formação. Mas é agora — pode-se dizer, à véspera da aposentadoria — que estou começando a pensar nisso. Até porque estou envolvido em muitos processos e ações. Por meio do NEAB, a gente está estabelecendo parcerias com outras organizações a nível nacional, participando de cursos de formação, fazendo mapeamento sobre as questões educacionais no interior do Maranhão e em outros lugares, produzindo algumas coisas, dialogando com profissionais da pedagogia em outros projetos de formação de professores, entre outras coisas. Então, eu vou continuar nesse processo com o NEAB, mais a nível da pós-graduação, pois na graduação não posso mais continuar, pelo menos oficialmente na UFMA. Mas eu não pretendo me afastar dessas atividades, acho muito difícil de acontecer. Não dá para fazer algumas coisas, mas eu quero sempre aprender mais.

Piettra Lopes — Para encerrar, e já agradecendo, o senhor consegue pensar em uma palavra ou uma frase para definir toda a sua trajetória?

Carlos Benedito — Acho que seria *resistência*, pois representa a importância de se acreditar na nossa história ancestral. A ancestralidade é fundamental. Quando a gente fala em ancestralidade, as pessoas remetem a algo muito distante, mas essa ancestralidade, da qual estou falando, é circular, é atual; ela nos atualiza. Então, acho que a palavra apropriada é *resistência*. A nossa história não acaba por causa da nossa *resistência*!

Recebido em: 15/05/25.

Aceito em: 27/05/25.

